



DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS – QUESTÃO CURSO POPULAR PARA A DEFENSORIA PÚBLICA

Em meio à pandemia de Covid-19 vivenciada no país, um grupo formado por médicos e cientistas de diversas nacionalidades, após a realização de criteriosos testes e pesquisas, descobre que o medicamento hidroxi-carochinha, utilizado para o tratamento de doenças vasculares possui eficácia contra o Coronavírus sem gerar efeitos colaterais.

Tal medicamento já possui registro na ANVISA apenas para o tratamento vascular, mas não foi incorporado na lista do SUS. João, contente com a hipótese de ver sua mãe curada, entra em contato com o médico por ela responsável e é informado que o medicamento já fora prescrito, mas estava pendente de disponibilização pelo hospital estadual onde estava internada. Assim, com o objetivo de verificar a demora na disponibilização do medicamento, João vai até o hospital, onde é informado de que por ato do diretor-geral do hospital, o medicamento não seria fornecido a nenhum paciente, o que o leva a procurar os serviços da Defensoria Pública. Diante disso, responda os itens abaixo:

a) Qual a espécie de direito coletivo *strictu sensu* presente no caso? Quais suas características?

b) Quais os requisitos para o fornecimento de medicamentos não incorporados em atos do SUS? É possível que um medicamento seja fornecido para finalidade diversa da prevista no registro da ANVISA?

c) Além do caso de João, a Defensoria recebeu centenas de usuários retratando a mesma situação. Assim, como Defensor Público, quais medidas você adotaria nesse caso?